



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DA PARAIBA

1

Economia Popular e Solidária como Política Pública: Construindo
Territórios Democráticos por meio do Trabalho Associativo e da
Cooperação

CONDE – PB
MARÇO DE 2025



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



GOVERNO
DA PARAIBA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

2

RELATÓRIO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Economia Popular e Solidária como Política Pública: Construindo
Territórios Democráticos por meio do Trabalho Associativo e da
Cooperação

CONDE – PB
MARÇO DE 2025



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



GOVERNO
DA PARAÍBA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



- **IDENTIFICAÇÃO**

Estado: **Paraíba**

Data da Conferência: 18, 19 e 20 de março de 2025

Local de realização da 4ª Conferência Estadual de Economia Solidária:

Fazenda Coração de Mãe - Sítio Prensa Velha S/N

Área Rural Conde - PB

3

Número de participantes	150 pessoas
Entidade de Apoio	23
Empreendimentos	58
Municípios	34
Convidados	29

Dados da pessoa responsável por este relatório:

Nome completo: Maria de Fátima Ferreira de Araújo

Organização: UEPB/ Extensão Universitária

e-mail: araujouepb@gmail.com

Nome completo: Andreza Ferreira Lima Paiva

Organização: IFPB/Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários - INCUTES

E-mail: andreza.paiva@ifpb.edu.br





Composição da Comissão Organizadora Estadual responsável pela 4º CONAES do Estado da Paraíba:

Nome	Entidade
Carleuza Rodrigues de Souza	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba
Maria Aparecida Amarante	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba
Maria Ilza Andrade Ferreira	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba
Paulo Sérgio dos Santos	Cooperativa de Sociólogos Solidários - COOPSSOL
Kelson Galdino dos Santos	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba
Júlio César Velasquez Balbuena	Superintendência Regional do Trabalho na Paraíba (Governo Federal)
Luiz Phelipe Vasconcellos Ramalho Maciel	SESAES - Matrícula 922.657-5
Charles André Ferreira Mota	SESAES - Matrícula 9429-1
Joab Alves Cândido	SESAES - Matrícula 186.050-0
Rodrigo Moreira Rodrigues	SESAES – Matrícula 184.109-2
Ana Claudia Gomes Bezerra	SESAES – Matrícula 923650-3
Ana Patrícia Sampaio de Almeida	Centro de Ação Cultural -CENTRAC
Vanderson Gonçalves Carneiro	Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES
Ana Paula de Souza Almeida	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos
Andreza Ferreira Lima Paiva	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba
José Waldir de Sousa Costa	Asa Paraíba
Maria de Fátima Ferreira de Araújo	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba
Maria Rosângela da Silva	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba



SUMÁRIO

1	Introdução.....	6
2	4º Conferência de Economia Popular Solidária da Paraíba.....	7
3	Programação.....	8
3.1	Leitura e aprovação do Regimento Interno.....	9
3.2	Abertura da Conferência.....	11
4	Trabalho em Grupos por Eixos temáticos.....	13
5	Propostas Aprovadas Na Conferência Estadual.....	29
6	Eleição dos Delegados e encerramento das atividades da conferência.....	31
7	Considerações Finais da Comissão Organizadora.....	36
	Anexos	42





1. INTRODUÇÃO

A 4ª Conferência de Economia Popular Solidária (CONAES) foi convocada por meio da Portaria do MTE nº 519 de 11 de abril de 2024 e da Resolução nº 06 do CNES, com o tema: “Políticas Públicas de Economia Popular e Solidária: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação” e com os seguintes objetivos:

Fortalecer a organização social e cidadã dos sujeitos da economia popular e solidária para o exercício da democracia, da defesa do meio ambiente, da autogestão e do desenvolvimento sustentável e solidário.

Fazer um balanço do ambiente institucional das políticas de economia popular e solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos e o diálogo com outras políticas territoriais e setoriais;

Promover a escuta e a reflexão sobre a conjuntura e a realidade dos municípios e territórios da economia popular e solidária; e

Elaborar diretrizes e ações programáticas para o 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária, considerando a necessidade dos EES e seus sujeitos, especialmente mulheres e juventudes, que fortaleçam o ambiente institucional, a educação e a autogestão, o acesso ao crédito e as finanças solidárias e a produção, comercialização e consumo justo e solidário (Caderno de Orientação Metodológica - 4ª CONAES)

Na Paraíba a 4ª Conferência Estadual de Economia Popular Solidária, foi convocada por meio da portaria (Portaria 118/2024/GS/SEDH de 14 de maio de 2024 e Edital 01/2024/DOE de 29 de junho de 2024). Em parceria com a SESAES/SEDH, com as comissões locais de cada território, bem como a Superintendência de Trabalho da cidade de João Pessoa do Estado da Paraíba.

Está 4ª Conferência Estadual de Economia Popular Solidária da Paraíba é o resultado da realização das conferências intermunicipais, ocorridas nos 4 territórios paraibanos. Ou seja: no território do agreste, da zona da mata, do sertão e do território brejo. A realização dessas conferências intermunicipais ocorreu no período entre julho e agosto de 2024. Estes reuniram mais de 500 participantes, com uma mobilização de quase 90 municípios, culminando com a participação direta de 56 municípios com representações de gestores públicos, entidades de apoio e empreendimentos e movimentos sociais.

Esta Conferência Estadual de Economia Popular Solidária da Paraíba, tem como papel principal promover diálogos e construir propostas para serem apresentadas na 4ª conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, além de abordar temas voltados aos desafios, avanços e o fortalecimento de Políticas Públicas nas três esferas, municipais, estaduais e na esfera Federal.

Conforme o regimento interno da Conferência de Economia Popular e Solidária da Paraíba, a mesma teve como finalidades, definidos no Art. 5º as seguintes formulações:

Contribuir para a institucionalização da economia solidária como política pública capaz de criar condições para que as experiências econômicas solidárias sejam ampliadas, fortalecidas e consolidadas;

Fortalecer os territórios como espaços de concretização da economia solidária; compreender a economia solidária como modelo de desenvolvimento que promove a





democracia e a inclusão social, para atuar como propulsor de boas práticas de sustentabilidade social e ambiental, favorecido pela vivência dos princípios do associativismo, da autogestão, da cooperação e da solidariedade;

Promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia e solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil;

oferecer subsídios para o 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária que será debatido na Conferência Nacional;

eleger 28 delegadas e delegados para a Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, conforme critérios definidos no Regulamento Geral da 4ª CONAES.

2. 4º CONFERÊNCIA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA PARAÍBA

7

Este ano a 4º (CONAES) Conferência de Economia Popular e Solidária tem como tema: Políticas Públicas de Economia Popular e Solidária: Construindo Territórios Democráticos por meio do Trabalho Associativo e da Cooperação. Após dez anos da realização da última conferência, estamos na 4º CONAES, visando elaborar o segundo Plano Nacional de Economia Solidária, assim como atualizar e construir o nosso Plano Estadual de Economia Solidária do Estado da Paraíba. Por isso é importante a nossa participação na condição de delegados para juntos poder construir o plano e fortalecer a economia solidária, conforme está exposto no Caderno de Orientação Metodológico da (4º CONAES)

Esta Conferência busca recuperar o processo de construção democrática participativa da política de economia popular e solidária que subsidiará a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Solidária pelo Conselho Nacional e dar mais um passo decisivo na afirmação de uma política pública de economia popular e solidária em âmbito nacional.

O tema eleito para essa conferência vem retomar o enfrentamento dos trabalhadores frente a dinâmica do sistema capitalista, sistema esse marcado pela competição e disputa do empreendedorismo. A economia solidária, se contrapõe a esse modelo individual e propõe na prática para o enfrentamento dos desafios vividos pelos trabalhadores e propõe a organização coletiva através do trabalho associativo e cooperativo, pois uma outra economia existe com segmentos, como artesãos, catadores, agricultores, pescadores e quilombolas. Assim outra economia existe e é definida pelo o principal teórico desse modelo econômico (Singer, 2002, p. 10). e ele afirma que esse é:

outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.





Esses segmentos como: artesãos, catadores, agricultores, pescadores e quilombolas. movem uma economia que é preciso o apoio e o fomento da gestão pública no âmbito da gestão municipal, da gestão estadual e federal, para que de fato possa incluir aqueles e aquelas que precisam ter sua geração de renda e sejam incluídos de maneira cidadã.

Por isso reivindicamos que os Governantes olhem para essa economia como um polo de desenvolvimento, assim como de inclusão daqueles que hoje encontram-se fora do mercado de trabalho por falta de profissionalização, de escolaridade e oportunidades.

3. PROGRAMAÇÃO

8

TEMA: “Políticas Públicas de Economia Popular e Solidária: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”

DATA: 18,19 e 20 de março de 2025

LOCAL: Fazenda Coração de Mãe/ Conde
18.03.2025

I MOMENTO:

17:00h - CREDENCIAMENTO (17:00h as 19:30)

19:00h - Mística e Acolhida dos Participantes Território da Zona da Mata

19:30h – LEITURA E A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Dinâmica: Leitura e aprovação do Regimento Interno – Paulo Sergio e Maria Ilza

20:00h Apresentação do Documentário - ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA –

IFPB/NUCAES

20:30h – COMENTÁRIOS E INFORMES GERAIS

21:00h - ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO DIA (AÇÃO FESTIVA)

19.03.2025

08:30h - Mística e Acolhida dos Participantes Território do Agreste

9:00h MESA DE ABERTURA – Cerimonial

II - MOMENTO

15:00h Plenárias Temáticas

Coordenação: Patrícia (Centrac)

Trabalho em grupos por eixos temáticos

Grupo 1: Realidade socioambiental, cultural, política e econômica – Fátima Araújo e Anchieta

Grupo 2: Produção, Comercialização e Consumo – Mariailza e Elaine

Grupo 3: Financiamento: crédito e finanças solidárias – Daniel Pereira e Jose Valdir

Grupo 4: Educação, formação e assessoramento técnico – Adarlam Silva e Rodrigo

Grupo 5: Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas –





Paulo Sergio e Pedro Santana

III - MOMENTO

16:30 ÀS 18:00: APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELABORADAS PELOS GRUPOS TEMÁTICOS Coord.: Francimar e Daniel

18:00 - Encerramento

19:00 – EVENTO DE CONFRATERNIZAÇÃO

20.03.2025

09:00 – Acolhida

IV MOMENTO

09:15h às 10:15h – PLENÁRIA PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS QUE IRÃO SER ENVIADAS À CONFERÊNCIA NACIONAL (Coord. Vanderson e Fatima)

11:00h PLENÁRIA PARA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS E DELEGADAS PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL E OUTROS ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS

Coord.: Ana Paula e Paulo Sergio

12:00 ENCERRAMENTO E ENVIO DOS DELEGADOS(AS) (Coord. Território do Sertão)

3.1 LEITURA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

O regimento interno definido como um conjunto de normas, como um regulamento com o objetivo de garantir o funcionamento da conferência e manter os acordos coletivos dando conhecimento a todos os delegados quais são os seus direitos e quais são as suas obrigações. A leitura do regimento interno é uma etapa que é fundamental para o funcionamento da conferência de Economia Popular e Solidária do Estado da Paraíba.

A conferência Estadual de Economia Popular e Solidária da Paraíba, foi realizada na fazenda coração de mãe no município do Conde do estado da Paraíba, nos dias 18.19 e 20 de março de 2025. As atividades tiveram início no dia 18 de março. A comissão organizadora chegou na fazenda as 13 horas, para dar início as atividades de organização dos espaços onde iriam ser realizado a conferência assim como, realizar o credenciamento e receber os delegados, oriundos dos territórios, zona da mata, do brejo, sertão e Agreste.

Contamos com a presença de 95 delegados aptos a participarem da conferência e candidatarem-se a delegados. Ao se credenciarem os delegados foram todos para o jantar e logo em seguida, a próxima atividade dos delegados, estava previsto para as 19:30.

Às 20 horas teve início a plenária para a leitura e aprovação do regimento interno. Momento importante onde contamos com a presença do Representante da SENAES o sr. Francisco Oliveira e a assessora especial de Economia Solidária da Secretaria Geral da Presidência da República do Governo Federal.

Dando início a leitura do regimento Interno destacamos o item do Art. 4º Em todas





as fases da Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do estado da Paraíba, o debate deverá primar pela qualidade, pela garantia do processo democrático, pelo respeito à autonomia federativa, pela pluralidade e pela representatividade dos segmentos sociais, dentro de uma visão ampla e sistêmica das questões relacionadas à Economia Popular e Solidária.

Primando por essa garantia democrática, ocorreu a leitura do regimento interno, com alguns destaques os quais, eram no sentido de exaurir dúvidas e favorecer as discussões que permearam a organização da conferência em suas deliberações. Feita a leitura do regimento interno, após as discussões com os destaques foi aprovado o regimento interno e encerrado esse primeiro momento da 4ª Conferência Popular e Solidária do Estado da Paraíba.





3.2 ABERTURA DA CONFERÊNCIA

MESA DE ABERTURA – Cerimonial

ENTIDADE	REPRESENTANTES
Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba	Pedro Santana
Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária	Francisco Oliveira
Representante da Assessoria especial de Economia Solidária do Gov. Federal	Tatiana Sousa
Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego	Paulo Marcelo
Presidente do Conselho de Segurança Alimentar	Arimatéia França
Secretaria Executiva de Economia Solidária	Pedro Santana
Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa	Norma Gouveia
Representante da Assembleia Legislativa	Deputada Cida Ramos
Representante da Câmara de Vereadores de Campina Grande	Vereadora Jó Oliveira
Conselho Municipal de Economia Solidária de João Pessoa	Daniel Pereira
Fórum Brasileiro de Economia Solidária	Maria de Fátima Ferreira de Araújo
Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba	Maria Ilza Andrade Ferreira





FALA DOS REPRESENTANTES DA MESA

Para o economista e assessor da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes/MTE), Francisco Oliveira, a conferência é um marco importante na reconstrução da política de economia solidária no país. “Não só aqui, mas em vários estados estão sendo feitas as conferências estaduais, um esforço gigante da sociedade e do Governo que apoiam essa política. É uma afirmação da participação popular e democrática dos empreendimentos de economia solidária. Então, as conferências estaduais e a nacional têm essa importância na visibilidade da política pública, de cobrar do poder público para apoiar essa forma diferente de produzir economia”, ressaltou.

A secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, Pollyanna Werton, destacou a importância do evento. “Primeiro o momento é de fortalecimento da democracia, a gente entender que a política pública é feita de forma horizontal, então todo mundo contribui porque todas as pessoas têm algo acrescentar. Entendendo que esse ambiente favorável aos negócios de forma solidária é também compromisso do Estado, fazer com que as pessoas no seu próprio território consigam sobreviver de acordo com os instrumentos que tem a economia solidária, é essa economia descentralizada que o Governo do Estado a á

Pedro Santana, gerente executivo das Casas de Economia Solidária, reforçou as ações resultantes do evento. “É gratificante enquanto Governo do Estado promover um evento tão grandioso com tantas representatividades. Daqui sairemos com propostas eficientes para contribuir na etapa nacional e que a Paraíba possa trazer resultados positivos para o nosso estado”, avaliou. a posta e acredita”, observou.

Assessora especial de Economia Solidária da Secretaria Geral da Presidência da República, Tatiana Souza, “o principal objetivo dessas conferências é a construção coletiva das políticas públicas, governo e sociedade civil. A participação social é fundamental para que as políticas públicas ocorram com mais efetividade e que gerem realmente impactos positivos na ponta. Então, a participação social dessa conferência para a economia solidária é fantástica. A junção de governo e sociedade civil é fundamental para que as políticas públicas funcionem”.

A representante do Fórum Estadual e Brasileiro de Economia Solidária, Fátima Ferreira, declarou que a participação dos segmentos é importante enquanto delegados. “Esse espaço vem retomar o enfrentamento dos trabalhadores diante da dinâmica do sistema capitalista, sistema marcado pela competição. Os segmentos solidários movem uma economia que é preciso o apoio e o fomento da gestão pública, por isso, a Conferência é um momento de reivindicação e inclusão”, analisou a professora da

A agricultora familiar de Pitimbu, Sueles Targino, enfatizou que a Conferência é sinônimo de resistência. “Para nós, participar da conferência depois de mais de 10 anos de todo o desmonte que a economia solidária passou é um sinônimo de resistência com toda dificuldade que a gente teve para chegar até aqui, de estar presente e dizer que outra economia é possível”, finalizou, e ele precisa ser fomentada enquanto política pública.





4. TRABALHO EM GRUPOS POR EIXOS TEMÁTICOS

Grupo 1: Realidade socioambiental, cultural, política e econômica – Fátima Araújo e Anchieta

Grupo 2: Produção, Comercialização e Consumo – Mariaílza e Elaine

Grupo 3: Financiamento: crédito e finanças solidárias – Daniel Pereira e Jose Valdir

Grupo 4: Educação, formação e assessoramento técnico – Adarlam Silva e Rodrigo

Grupo 5: Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas – Paulo Sergio e Pedro Santana





C
Grupo 1: Realidade socioambiental, cultural, política e econômica – Fátima Araújo e Anchieta

Plenária Temática 1

Realidade socioambiental, cultural, política e econômica

Diagnóstico do tema - Limites e desafios

- Problemas ambientais vinculados ao setor da especulação imobiliária com destruição dos ecossistemas, raízes históricas e dos territórios;
- A desativação do lixão sem a inclusão dos catadores (sociedade civil) na estrutura de trabalho (inserção dos galpões equipados com prensas, balanças, carrinhos e contratação pelos serviços prestados);
- Exclusão dos planos diretores de temas relacionados à agricultura urbana, coleta seletiva, a preservação do meio ambiente a economia solidária;
- O problema da destinação incorreta dos resíduos por parte dos municípios de forma a degradar a geodiversidade local;
- Poluição das águas e a insegurança hídrica;
- Dificuldade na obtenção de certificações sobretudo na agricultura familiar, limitando a inserção no mercado formal;
- Uso de agrotóxico nas plantações de abacaxi de Araçagi: compromete os frutos, contamina a água da barragem e as plantações próximas;
- Aquecimento climático;
- Carência de matéria prima e logística: ausência de argila para as louceiras. Vê se a necessidade de conscientizar os gestores;
- Ausência de Cessão de uso de equipamentos;
- Desalojamento do prédio da associação do Sítio Quati gerando perda de renda para cerca de 45 mulheres.
- Saberes e povos tradicionais e originários sendo desconsiderados, apagados com as sementes transgênicas que provocam a destruição/desaparecimento das sementes crioulas, adaptadas ao território, a sócio biodiversidade;
- Mega projetos de geração de energia que expropriam os bens comuns (terra, sol, água, vento), violam corpos e territórios;
- Agronegócio;
- Especulação imobiliária que expropriam terras da agricultura familiar;
- Fechamento de escolas rurais e instituição de escolas integrais que desconsideração os modos de vida e ameaçam a sucessão rural;
- Programas e Projetos governamentais que desconsideram as reais necessidades das populações dos territórios;
- Desmatamento e destruição de fontes de água para instalação de agronegócio;
- Avanço do uso de agrotóxicos que ameaçam a agricultura agroecológica;
- Não inclusão de catadoras e catadores de recicláveis como agente de meio ambiente, com participação ativa nos espaços de decisão





Plenária Temática 1

Realidade socioambiental, cultural, política e econômica

Propostas de ações estaduais

- Descentralização da produção das energias alternativas e renováveis;
- Preservação dos biomas caatinga e mata atlântica, tendo em vista que o cenário sócio-político atual destroem a geodiversidade;
- Fortalecimento dos bancos de sementes crioulas e comunitários;
- Publicação de editais de fomento específicos para as temáticas de Economia Solidária, atendendo aos diversos segmentos;
- Criação do fundo estadual de economia solidária;
- Produção descentralizada, desconcentrada e democrática de energia renováveis, com implementação de modelo descentralizado e democrático e sócio ambientalmente sustentável;
- Criar unidades de beneficiamento de recicláveis, de forma mais sustentável;
- Criar mecanismos efetivos de inclusão dos empreendimentos urbanos e rurais nas Casas de ECOSOL e nas feiras locais;
- Fiscalização dos reservatórios de água e bacias da região pela Cagepa e conselho gestor de bacias hidrográficas da Paraíba;
- Tecnologias de produção adequadas e seção de equipamentos e uso;
- Criação de conselhos municipais de Economia Solidária;
- Fortalecimento das feiras de Economia Solidária criando-se rotas turísticas locais onde os empreendimentos locais sejam fortalecidos dentro dos princípios da Economia Solidária, observando as questões ambientais;
- Nota de repúdio direcionada ao prefeito de Guarabira por desalojar a associação de moradores do sítio Quati.





Plenária Temática 1

Realidade socioambiental, cultural, política e econômica

Propostas de ações Nacionais

- Publicação de editais de fomento específicos para as temáticas de Economia Solidária, atendendo aos diversos segmentos;
- Criação de programas de formação continuada e inclusão digital para os empreendimentos econômicos solidários;
- Criação de um sistema nacional de economia solidária;
- Produção descentralizada, desconcentrada e democrática de energia renováveis, com implementação de modelo descentralizado e democrático e sócio ambientalmente sustentável – não queremos produção em escala industrial de energia renovável que está destruindo nossos modos de vida, nossa biodiversidade, nossos territórios e nossos corpos;
- Rearticular nas esferas federal, estadual, territorial e municipal, as organizações e redes existentes (incubadoras, redes de bancos comunitários, redes de fundos solidários etc.) para retomada da política nacional de ECOSOL;
- Reconhecer, valorizar e viabilizar a participação organizada das mulheres e as expressões de economia feminista e do cuidado, assim como os povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas nos espaços de construção e efetivação de políticas públicas de ECOSOL;
- Investir na construção de novas dinâmicas de geração e distribuição social das riquezas, incentivando atividades e formas de produção apropriadas aos ecossistemas, de forma equitativa e ambientalmente sustentável;
- Viabilizar a organização associativa de catadoras/es com isenção tributária.





Plenária Temática 2

Produção, comercialização e consumo

Diagnóstico do tema - Limites e desafios

- Falta de cursos para ampliar o cardápio de alimentos;
- Falta de equipamentos para reciclagem de matéria prima referente aos plásticos descartados das embalagens de macaxeira e das cascas para adubo;
- Baixo custo de retorno (atualmente R\$0,50) na comercialização da macaxeira dado a oferta e a demanda, o valor atual, não supre sua necessidade;
- Falta de fiscalização dos órgãos públicos referente aos venenos jogados pelas usinas no mar, prejudicando diretamente a comunidade, os pescadores e o ecossistema;
- Falta de espaço para o encontro e produção dos Empreendimentos;
- Falta de editais aos grupos específicos;
- Dificuldade de acesso à política pública;
- Comprometimento com grupo (presença);
- Não consolidação das políticas de governo Municipal/Estadual da ECOSOL;
- Dificuldade de uma gestão municipal na qual toda a estrutura de feiras, pois hoje é com recurso tirado do próprio bolso;
- Falta compreensão do poder público;
- Hoje os catadores e os artesãos são segmentos que parecem da necessidade de apoio para vender o seu material, fortalecimento do associativismo e cooperativismo;
- Fomentar estrutura de trabalho;
- Ausência de uma linha de crédito específica para a Economia Solidária, isso dificulta a produção;
- Indicação do Banco Comunitário do território movimentado na região;
- Necessidade de ter sempre alguém para ajudar a fazer uma rede social, cartão, rótulo;
- Falta de política pública que funcione na prática;
- Falta de formação;
- Divulgação tanto das políticas públicas e seus atores;
- Fator financeiro para produção;
- É necessário que sejam fiscalizadas as políticas públicas para que assim a distribuição seja de forma justa e levando ao fim da desigualdade.



Plenária Temática 2

Produção, comercialização e consumo

Propostas de ações estaduais

- Cursos de formação dialogados com o coletivo para que possam ter maior adesão;
- Introduzir o pescado na merenda escolar;
- Equipamentos públicos de comercialização físicos e móveis;
- Editais com incentivo a contratação de produtos e serviços dos EES nos eventos promovidos pelo Governo do Estado ou Municipais com a perspectiva de viabilizar a comercialização e fortalecimento dos EES;
- Ampliação de estratégias para resolver o problema de espaços públicos para produção e comercialização de produtos da economia solidária. E criar uma assessoria técnica que auxilie os planos de produção e comercialização territoriais que permita o acesso financeiro do setor público para suprir a necessidade dos EES;
- Formação sobre a autogestão na economia solidária para pessoas que irão gerir as casas de ECOSOL;
- Fortalecer e estruturar os espaços de comercialização de base agroecológica, a exemplo das quitandas, bodegas, tendas, feiras e centros de economia solidária, garantindo que famílias agricultoras e grupos afins tenham acesso a capacitação sobre normativas legais referentes a esses espaços, assim como de todas as etapas, desde a produção, o transporte até a comercialização;
- Instituir um Programa de Compras Públicas da Economia Solidária e agroecologia para abastecer hospitais, presídios, escolas, restaurantes populares e afins em âmbito estadual;
- Valorização da agricultura, agricultor e juventude que cultivam sementes crioulas vegetal e animal com mecanismos que viabilizem a produção e comercialização e garanta a segurança de preservação, principalmente das sementes em extinção;
- Editais específicos para Economia Solidária com segmentos separados;
- Orçamento compra de tendas, mesas e cadeiras para feiras nos municípios;
- Unidade de beneficiamento e triagem de resíduo sólidos;
- Formação para melhoria dos produtos para todos os segmentos;
- Isenção de impostos e incidentes (municipal isenção de taxas sobre empreendimento sociais);
- Linha de crédito específica para compra de insumos tanto como associação, grupo informal ou cooperativa, utilizando o Cadsol como critério para tê-lo;
- Criação dos Conselhos Municipais;
- Fiscalização;
- Assessoramento e acompanhamento técnico.





Plenária Temática 2

Produção, comercialização e consumo

Propostas de ações nacionais

- Instituir um Programa de Compras Públicas da Economia Solidária e agroecologia para abastecer hospitais, presídios, escolas, restaurantes populares e afins em âmbito nacional;
- Orçamentos que fomentem editais para Economia Solidária;
- Desburocratização de documentação para participação de projetos;
- Inclusão social dos catadores(as) causas dos visibilidade econômica, gerando oportunidade;
- Abertura do cadsol;
- Equilíbrio sustentável.





Plenária Temática 3

Financiamento: Crédito e finanças solidárias

Diagnóstico do tema- Limites e desafios

- Taxas de juros altas;
- Falta de acesso a propostas já existentes;
- Burocratização dos processos de seleção nos editais;
- Falta de legislações de regulação;
- Ausência de propostas específicas para os Empreendimentos Econômicos Solidários;
- Dificuldade de articulação dos equipamentos estaduais existentes com os setores municipais;
- Existe uma dificuldade grande em manter as sementes crioulas, sem agrotóxico. O Banco de Sementes Comunitário ajuda a resgatar a ancestralidade. Quando você recebe a semente crioula você tem que ter o cuidado que ela seja devolvida com a mesma qualidade;
- Não existe apoio do governo nesse processo, nem municipal e nem estadual. O que existe ameaça as sementes crioulas sementes da EMPAER são transgênicas e contaminam as sementes crioulas;
- A burocracia, formato que não condiz com a realidade da comunidade, com prazos e exigência infundadas de certificados, alguns que o próprio Estado deveria conceder;
- Não há apoio aos Fundos Rotativos Solidários existentes na região. Existe uma teia de organização que conseguem acessar recursos e ajudar o movimento como a ASAPB, INCUTES, INCUBES, Patac e outras organizações que fazem parte da ASAPB;
- O orçamento voltado para a economia solidária não é suficiente para impulsionar financiamento das iniciativas de Finanças Solidárias;
- Não há Linha de crédito específica para economia solidária;
- Valorização e a inclusão da mulher na Economia Solidária e a importância de suas contribuições;
- Criações de bancos comunitários e cooperativas de crédito nas cidades do brejo paraibano, assim como no estado todo com vistas a melhorar as finanças solidárias do estado da Paraíba;
- Ampliação dos fundos rotativos solidários;
- Proposta de estimular lei que dentro do município, onde 10% do salário de um funcionário público fosse em moeda social, valorizando o comércio local.



Plenária Temática 3

Financiamento: Crédito e finanças solidárias

Propostas de ações estaduais

- Ampliação e criação de Bancos Comunitários e Fundos Rotativos nos municípios que não possuem;
- 2. Que o Empreender Paraíba possa, através dos Bancos Comunitários, aportar na criação de uma linha de crédito específica para a Economia Solidária;
- 3. Criação de um fundo de aporte para os Equipamentos de Economia Solidária, que financie os grupos que estão dentro dos equipamentos;
- Criação de um e-commerce de Economia Solidária;
- Incentivo à criação e manutenção de Fundos Rotativos Solidários com o uso de recursos públicos, com constituição de Comitê Gestor para gerenciar e destinar esse recurso;
- Financiamento e assessoria técnica das organizações que acompanham os empreendimentos da ECOSOL para projetos produtivos, pequenos negócios, atividades culturais desenvolvidas pelas mulheres e jovens rurais;
- Destinação de recursos para criação e manutenção de unidades de beneficiamento, cozinhas familiares e comunitárias, espaços de produção de artesanato, casas, espaços e pontos de cultura e outras expressões da ECOSOL;
- Edital de 3 milhões que incorpore Fundos Rotativos e Bancos Comunitários de Sementes animais e vegetais;
- Repasse de recursos do governo para os empreendimentos solidários;
- Criação de bancos comunitários nos municípios do brejo paraibano;
- Lei que dentro do município, 10% do salário de um funcionário público for repassado em moedas social, valorizando o comércio local;
- Propõe-se um levantamento do governo estadual nos empreendimentos de ecosol da região, buscando financiamento para as iniciativas;
- Criação dos fundos municipais, federais e estaduais solidários;
- Maior Publicização das oportunidades de financiamento para os Empreendimentos Econômicos Solidários;
- Destinar de forma efetiva uma linha de Crédito no Programa Empreender Paraíba para os Empreendimentos Econômico Solidário; de no mínimo 30%;
- Expandir os Bancos Comunitários para os municípios da Paraíba; oportunizando a estes operacionalizar recursos financeiros de ações, projetos, etc. governamentais;
- Criação do Conselho e Fundo Estadual de Economia Solidária.



Plenária Temática 3

Financiamento: Crédito e finanças solidárias

Propostas de ações nacionais

- Criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias;
- 2. Criação de um crédito veicular de baixo custo para Empreendimentos de Economia Solidária;
- 3. Criar, através dos Bancos Públicos, linhas de crédito específicas para a Economia Solidária;
- Orçamento de no mínimo 10 bilhões voltado para os projetos Econômicos Solidários;
- Investir nas finanças Solidárias (Cooperativas de Crédito Solidário, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Casas e Bancos de Sementes Comunitários e Fundos Rotativos Solidários nos territórios, com crédito facilitado para a constituição e manutenção desses espaços;
- Garantir a implementação do sistema nacional de Finanças Solidárias;
- Apoio do governo às cooperativas e bancos comunitários;
- Destinar parte dos recursos do FNES - Fundo Nacional de Economia Solidária, para financiar a produção, armazenamento e comercialização da produção da agricultura familiar;
- Condicionar os repasses do FPE e FPM dos Estados e Municípios, respectivamente, a efetiva aplicação dos recursos do FNES pelos estados e municípios;
- Destinação de, no mínimo, 30% dos recursos orçamentários da União para a Economia Solidária.





Plenária Temática 4

Educação, formação e assessoramento técnico

Diagnóstico do tema - Limites e desafios

- Empreendimentos que não se reconhecem como agentes de formação;
- Falta de investimento nos processos formativos, a última ação/evento foi realizada em 2018;
- A dificuldade das condições do extensionista de ir a campo, a falta de transporte, bolsas para os alunos, logística, infraestrutura;
- Ausência do Estado nos programas de formação e capacitação em economia solidária, apenas as entidades de apoio realizam formações;
- A dificuldade da sociedade de entender o que é a economia solidária para não consumir produtos do trabalho infantil e de empresas capitalistas;
- A falta de capacidade técnica dos agentes públicos na temática do EPS;
- A falta de compreensão da economia solidária para disputa de narrativa na sociedade;
- Redes de finanças solidárias e o Fundo Rotativo;
- Dificuldade da distância e deslocamento para a garantia de espaços formativos;
- Necessidade de compreender a importância da educação como instrumento emancipador;
- Ausência do currículo que contempla a economia solidária nas escolas;
- Necessidade de aplicação de metodologias mais acessíveis ao público da Economia Solidária. - A falta de formadores para a educação popular;
- A falta de educação de caráter profissional humanístico adaptado à realidade dos empreendimentos;
- Na região, destaca-se a presença de entidades que prestam assessorias para os empreendimentos solidário, como o NUCAES, ligado ao IFPB e o SEDUP, Ong ligada à educação popular. - Presença de uma rede de educação profissional ofertado pelo estado e na rede federal (escolas técnicas estaduais e os IFRS) com grande capilaridade para atingir o público da Economia Solidária;
- Destaca-se a resistência dos empreendimentos na região com demandas formativas latentes.



Plenária Temática 4

Educação, formação e assessoramento técnico

Propostas de ações estaduais

- Presença do representante do Fórum de Economia Solidária no Conselho Estadual de Educação para possibilitar a inclusão nos currículos;
- Criação de um programa permanente de formação para gestores públicos em economia solidária em articulação com o Consórcio Nordeste;
- Garantir recursos do fundo de economia solidária e do FUNCEP para formação e capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária;
- Criação e/ou fortalecimento da rede de educadores populares da economia solidária;
- Fortalecimento da SESAES e articulação intersetorial da política de economia solidária na gestão pública;
- Fortalecer experiências educativas e formativas (não escolar) na perspectiva da educação popular e garantir editais públicos de apoio a estas experiências que garantam o acesso e gestão pelas organizações de assessoria;
- Garantir assessoria técnica continuada e apropriada ao público que
- faz ECOSOL, considerando as experiências de convivência com o semiárido e outras experiências urbanas, com foco nas mulheres e juventude;
- Proposta formativa e assessoria continuada a pessoas e grupos que ofertam PAA e PNAE;
- Capacitação e pesquisa para produção e gestão, visando à melhoria da qualidade dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários;
- Destinar recursos da secretaria estadual da Ecosol para assessoramento técnico direcionado ao fortalecimento dos princípios da ECOSOL;
- Contratação de assessoria com formação técnica em ecosol para o acompanhamento contínuo e formativo dos EESs do brejo;
- Ampliação do Programa Manoel Quirino, ofertado pelos IFs para a região do Brejo paraibano.



Plenária Temática 4

Educação, formação e assessoramento técnico

Propostas de ações Nacionais

- Presença do representante do Fórum de Economia Solidária no Conselho Nacional de Educação para possibilitar a inclusão nos currículos;
- Criação de um programa permanente de formação para gestores públicos em economia solidária;
- Fortalecimento e ampliação do PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Economia Popular e Solidária;
- Programas de capacitação devem incluir a formação em Economia Solidária;
- Criação de Programas de Graduação, pós-Graduação e Técnico em Economia Solidária;
- Incorporar ECOSOL nos currículos de educação básica e superior;
- Favorecer a participação da ECOSOL nos conselhos municipal, estadual e federal;
- Promover capacitação, pesquisa, produção e gestão, visando a melhoria da qualidade dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários;
- Ampliação e fortalecimento das incubadoras;
- Promover a formação humana, tendo em vista o perfil dos empreendimentos e as questões de gênero;
- Construção do Proeja Ecosol a ser oferecido pela Rede Federal de Educação Profissional;
- Reestruturação dos Centros de Formação em Educação Popular e Ecosol;
- Participação ativa dos fóruns de Ecosol nos conselhos de educação;
- Inclusão da Ecosol nos currículos da Educação Básica.





Grupo 5: Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas –
Paulo Sergio e Pedro Santana

Plenária Temática 5

Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas

Diagnóstico do tema - Limites e desafios

- Falta financiamento;
- Equilíbrio entre o que existe em vigência na Lei em relação com a Economia Solidária;
- Continuidade das políticas públicas, visto no governo federal e que se estendeu para o estado;
- Forma de se garantir o escoamento da produção dos agricultores familiares de base agroecológica semelhante ao plano SAFRA e criação do PAA municipal;
- Dificuldade na rede de comunicação do governo com o próprio governo ao ponto de saber sobre um evento como o CONAES e o compartilhamento de informações;
- Espaço para divulgar e facilitar o escoamento da produção agroecológica, a exemplo (plantas medicinais), como uma grande rodada de negócios;
- Comercialização é uma grande dificuldade para os catadores e agricultores, muito produto e não há para quem vender;
- Falta de estrutura como barracas e outros equipamentos para estruturar as negociações dos grupos;
- Necessidade de assessoramento técnico para lidar com dificuldades no âmbito do trabalho.





Plenária Temática 5

Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas

Proposta de ações estaduais

- Criação do Centro Público de formação em Economia Solidária tanto para gestores quanto para os segmentos. Criar um programa Estadual de formação continuada para Gestores e Empreendimentos para ser executado nos territórios;
- Revisar e regulamentar a Lei Estadual de Economia Solidária para atender as demandas do segmento;
- Criação de uma tributação específica para os grupos de Economia Solidária atendendo a necessidade de isenção;
- Para que haja a Implementação de CNPJ no Estado da Paraíba que gerem altos índices de resíduos sólidos é necessário a obrigatoriedade de um contrato de parceria com os grupos de Economia Solidária;
- Transformar a Secretária Executiva em Secretaria de Estado e criação de um Conselho Estadual de Economia Solidária;
- Desburocratizar o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos em âmbito estadual, assim como exigências e critérios da vigilância sanitária e de outros sistemas de certificação, alvará, licenciamento que possam viabilizar o funcionamento e a comercialização dentro da ECOSOL;
- Instituir Conselho Estadual de Economia Popular e solidária, com a devida instrução do respectivo Fundo para sua manutenção e para a gestão da Política Estadual de ECOSOL;
- Criação de um polo de comercialização e beneficiamento voltado aos resíduos sólidos, garantindo a regularização e estruturação física dos empreendimentos;
- Compra de equipamentos;
- Criação de PAA municipal;
- Assessoramento técnico.





Plenária Temática 5

Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas

Proposta de ações nacionais

- Criar um Sistema único Nacional de Economia Solidária, integrando Secretarias Municipais e Estaduais;
- 2. Aprovação do Marco Regulatório da Economia Solidária;
- 3. Criar e ampliar linhas de financiamento de Economia Solidária;
- Retorno do crédito de carbono para os Fundos de Economia Solidária;
- Reconhecimento pelo Poder Público, em todas as suas esferas da, da Certificação Participativa, garantindo que seja amplamente difundida;
- Propiciar a criação de cooperativas sociais e apoiar as cooperativas e associações voltadas para a agricultura familiar;
- Implementar políticas públicas específicas relacionadas a créditos, assistência técnicas, seguros, acesso a mercados, merecendo destaque ao acesso dos produtos ao consumidor final, compras públicas e tecnologias adequada ao agricultor/a familiar;
- Criação de leis;
- Fomento financeiro;
- Intervenção do governo – Diálogos com empresas;
- Melhor comunicação e repasse de informações de direitos;
- Acessibilidade da linguagem em emissão de documentação.





5. PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA ESTADUAL

1. Instituir novas dinâmicas, como implantação de microindústrias recicladoras para geração e distribuição das riquezas, com uma política de materiais recicláveis de forma mais sustentável, com tecnologia de produção adequada com a inclusão social dos catadoras e catadores, incentivando atividades e formas de produção ambientalmente sustentáveis e viabilizando a organização associativa, possibilitando visibilidade econômica e geração de oportunidades, com pagamento por serviços ambientais prestados, isenção tributária e com seção de uso do equipamento público para os empreendimento de economia solidária desse segmento.
2. Produção descentralizada, desconcentrada e democráticas de energias renováveis, com implementação de modelo democrático e socioambiental sustentável.
3. Preservação dos biomas, caatingas, mata atlântica, bacias hidrográficas, da região com ações efetivas de fiscalização pelos órgãos competentes.
4. Reconhecer, valorizar e viabilizar a participação organizadas das mulheres e as expressões de economia feminista e do cuidado, assim como dos povos e comunidades tradicionais indígenas, povos ciganos, quilombolas nos espaços de construção e efetivas de políticas públicas para ECOSOL.
5. Fortalecer e estruturar os espaços de comercialização de base agroecológica, a exemplo das quitandas, bodegas, tendas, feiras e centros de economia solidária, garantindo que famílias agricultoras e grupos afins tenham acesso a capacitação sobre normativas legais referentes a esses espaços, assim como de todas as etapas, desde a produção, o transporte até a comercialização;
6. Valorização da agricultura, de base familiar, que cultivam sementes crioulas vegetal e animal com mecanismos que viabilizem a produção e comercialização e garanta a segurança de preservação principalmente das sementes em extinção.
7. Instituir um programa de compras públicas da economia solidária e agroecologia para abastecer hospitais presídios, escolas, restaurantes populares e afins em âmbito nacional;
8. Criar, através dos bancos públicos, orçamentos que fomentem editais acessíveis, com linhas de créditos específicas para a Economia Solidária, inclusive com crédito subsidiado para aquisição de veículo e investimento nas finanças solidárias (Cooperativas de Crédito Solidário, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Casas e Bancos de Sementes Comunitários e Fundos Rotativos Solidários), com crédito facilitado para a constituição e manutenção desses espaços;
9. Criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, garantindo a implementação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias;





10. Condicionar os repasses do FPE e FPM à efetiva aplicação dos recursos do FNES pelos estados e municípios.
11. Fortalecimento e ampliação do PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Economia Popular e Solidária;
12. Criação de Programas de Graduação, pós-Graduação, Técnico e Cursos Livres/FIC em Economia Solidária pela Rede Federal de Ensino;
13. Incorporar ECOSOL nos currículos de educação básica, profissional e superior;
14. Promover capacitação, pesquisa, produção e gestão, visando a melhoria da qualidade dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários;
15. Reconhecimento pelo Poder Público, em todas as suas esferas da Certificação Participativa de base agroecológica, garantindo que seja amplamente difundida e que garanta crédito, assistência técnica, seguros, acesso a mercados, com destaque ao acesso dos produtos ao consumidor final, compras públicas e tecnologias adequada ao agricultor/a familiar e pescadores artesanais.





6. ELEIÇÃO DOS DELEGADOS E ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA

DELEGADOS ELEITOS PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL

<i>Nome do participante</i>	<i>Email</i>	<i>Segmento de representação</i>	<i>Entidade, EES ou órgão de representação</i>	<i>Município</i>
Geovana Lopes Dos Santos	geovanasantos1496@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Artesanato	Aparecida
Maria Ilza Andrade Ferreira	mariailzaandrade1967@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	GRUBAS	Aparecida
Ronaldo Caldino Dos Santos	ronaldoreciclapatos@hotmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Recicla Patos	Patos
Sueles Targino Da Silva Fideles	sufideles2017@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Astra Nova	Pitimbu
Daniel Pereira dos Santos	danielpereiraradio@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico	João Pessoa
Tereza Florêncio Da Paz	terezaflorencio98@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Delícias de Lucena	Lucena
Cleiton Lima Nascimento	cleitonlima1789@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Acordo verde	João Pessoa
Maria Aparecida Amarante	aparecidaamarante23@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Ecosolgba	Guarabira
Márcia Helena Adão	marciahelena19000@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Associação de moradores Sítio Quati	Guarabira





DELEGADOS ELEITOS PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL

<i>Nome do participante</i>	<i>Email/Contato</i>	<i>Segmento de representação</i>	<i>Entidade, EES ou órgão de representação</i>	<i>Município</i>
Rosan Fernandes Bezerra	rr6317550@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Ascarb	Borborema
Rita de Cássia Campos Costa Gonçalves	kalley.flor@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Amigas Solidarias	Campina Grande
Fabiana De Sousa Alvarenga	fabiana789alvarenga@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO	Lagoa Seca
Maria Jose de Oliveira do Amaral	bonecaoliveira01@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Grupo de mulheres arretadas	Soledade
Solange Camilo De Miranda	solange.camilo@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Coletivo de mulheres (quintais produtivos)	Mulungu
Andreza Alves Guimarães Rodrigues	andrezaalves01@hotmail.com	Entidade de Apoio	Caritas Diocesana de Guarabira	Solânea
Maria de Fátima Ferreira de Araújo	araujouepb@gmail.com	Entidade de Apoio	Universidade Estadual da Paraíba, Extensão Universitária UEPB	João Pessoa
Maria Do Socorro Ferreira	socorroferreirapt@gmail.com	Entidade de Apoio	CMDRS	Cajazeiras
Lucileide Alves Gertrudes	leda@aspta.org.br	Entidade de Apoio	Aspta agricultura familiar e agroecologia	Esperança





DELEGADOS ELEITOS PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL

<i>Nome do participante</i>	<i>Email/Contato</i>	<i>Segmento de representação</i>	<i>Entidade, EES ou órgão de representação</i>	<i>Município</i>
Layandra Nunes	layandra.nunes.2003@gmail.com	Entidade de Apoio	Ifsol	Campo de Santana
Bruno Gomes Da Cruz Patrício	brunogomes.educsocial23@gmail.com	Entidade de Apoio	Comissão Pastoral da Terra	Guarabira
Matheus Barboza Da Silva	golanldotheteu@gmail.com	Entidade de Apoio	Incubes - UFPB	João Pessoa
Regina Marlene Bonfá	reginabonfa_jp@hotmail.com	Gestores Públicos	Prefeitura municipal de João Pessoa	João Pessoa
Júlio Balbueno	julio.balbueno@trabalho.gov.br	Gestores Públicos	Srte/PB	João Pessoa
Rodrigo Moreira Rodrigues	rodrigoitiuba@hotmail.com	Gestores Públicos	Governo da PB	João Pessoa
Marissandra Porto Batista	marissandrpb@gmail.com	Gestores Públicos	Prefeitura Municipal de Pocinhos	Pocinhos
Sara Maria Constâncio	saramariacons@gmail.com	Gestores Públicos	Casa de economia solidária de Soledade	Cubati
Julieta de Lourdes Estevam	julietalourdes.2014@gmail.com	Gestores Públicos	Casa de economia solidária de Araruna	Araruna
Geruslam Alves Do Nascimento	geruslam.alvesadm@gmail.com	Gestores Públicos	Secretaria de meio ambiente	Cajazeiras

33





4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTITUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

DELEGADOS SUPLENTE ELEITOS PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL

Nome do participante	Email/Contato	Segmento de representação	Entidade, EES ou órgão de representação	Município
Sonia Pereira da Silva	marialucelhiapereiradossantos@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Encanto das Artes	Pombal
Maria Ferreira Do Nascimento	eumariaferreira02@gmail.com / 83996067357	Empreendimento Econômico Solidário	Ascamares	Sousa
Francisco Fabricio Cabral da Silva	ff6310823@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Agricultura Familiar	Aparecida
Luís Carlos de Sousa Silva	copterraforte@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Cooperativa Terra Forte	Pitimbu
Ana Margarida Andrade dos Santos	eusendoeumesma@yahoo.com	Empreendimento Econômico Solidário	ACMCPB	João Pessoa
Gleicylane Nazareno	lannynazareno@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	AMCO	João Pessoa
Luiz Antônio da Silva Filho	luizfilholuizantoniofilho@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	ECOPERATIVA	Sobrado
Daniela Pereira Marinho	associacaobomjesus01@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	FOLIA	Campina Grande



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



GOVERNO
DA PARAÍBA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO





DELEGADOS SUPLENTE E LEITOS PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL

Nome do participante	Email	Segmento de representação	Entidade, EES ou órgão de representação	Município
Tamiris Amaro de Oliveira	tamirisamaro29@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Esperança Viva	Logradouro
Felipe Adão Da Silva	felipeadaodasilva051@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	Associação Sítio Quati	Guarabira
Josivaldo Fidelis da Silva	josivaldoandrade979@gmail.com	Empreendimento Econômico Solidário	ACASER	Serraria
Edson Possidonio da Silva	edson@aspta.org.br	Entidade de Apoio	ASPTA	Remígio
Maria da Luz Maciel da Silva	mmariadaluz09@gmail.com	Entidade de Apoio	UBEYS	Bayeux
Manoel Wilson Massau da Rocha	massaudarocha@hotmail.com	Entidade de Apoio	CUT	João Pessoa
Tatiana Losano De Abreu	tatiana.abreu@ifpb.edu.br	Entidade de Apoio	Incubadora Ecosol	Guarabira
Olivia de Paula Lima Dantas	oliviapvl@yahoo.com.br	Gestores Públicos	PMJP	João Pessoa
Janeide da Costa Araújo	janeidecosta_4@yahoo.com.br	Gestores Públicos	SRTE/PB	Soledade



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

A Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do estado da Paraíba Teve como tema: “Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”.

Foi uma conferência que contou com a mobilização de vários segmentos, uma construção coletiva. Com a comissão organizadora, em que fez parte o poder público, representações do Fórum estadual, movimentos sociais e entidades de apoio.

Esse foi um momento de diálogo e construção para retomada de organização e fortalecimento da Economia Solidária no Estado da Paraíba. Contamos com um percurso de muita luta até a realização do evento. Um processo de resistência do Fórum Estadual na busca de seguir com a orientação da SENAES, a qual fez todo esforço para os fóruns juntamente com o poder público, pudesse realizar as conferências intermunicipais e culminasse com a Conferência estadual, rumo a Conferência Nacional.

Destacamos aqui o papel das coordenações territoriais, que compreenderam a importância desse momento e todos os territórios participaram ativamente, mobilizando os delegados que foram eleitos em cada território nas conferências intermunicipais. Tivemos a participação de quase 100% dos delegados que foram eleitos, nos territórios da zona da mata, Agreste, Brejo e Sertão.

A conferência estadual, consideramos o ponto de mobilização, encontro dos territórios, com a troca de informações, com a troca de fortalecimento de laços de solidariedade, de encontros, trocas de experiências. Foram na verdade três dias de crescimento, de encontro de vários segmentos, como catadores/as de materiais recicláveis, rede de bancos, agricultores, artesãs, grupo de artistas, grupos de gastronomia.

Ressaltando que essa foi uma grande oportunidade do poder público as coordenações poderem ouvir as vozes dos territórios e a partir atualizarmos o plano estadual de Economia Solidária e também contribuir com a formulação do segundo Plano Nacional de Economia solidária, Nesse sentido elencaremos aqui algumas contribuições direcionadas para a formulação da Política Pública no âmbito federal, para a implementação das demandas colhidas durante a elaboração das proposta para serem encaminhadas à 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária.

Publicação de editais de fomento específicos para as temáticas de Economia Solidária, atendendo aos diversos segmentos;

Rearticular nas esferas federal, estadual, territorial e municipal, as organizações e redes existentes (incubadoras, redes de bancos comunitários, redes de fundos solidários etc.) para retomada da política nacional de ECOSOL;

Reconhecer, valorizar e viabilizar a participação organizada das mulheres e as expressões de economia feminista e do cuidado, assim como os povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas nos espaços de construção e efetivação de políticas públicas de ECOSOL;





4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTITUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

Investir nas finanças Solidárias (Cooperativas de Crédito Solidário, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Casas e Bancos de Sementes Comunitários e Fundos Rotativos Solidários nos territórios, com crédito facilitado para a constituição e manutenção desses espaços e garantir a implementação do sistema nacional de Finanças Solidárias;

Destinar parte dos recursos do FNES - Fundo Nacional de Economia Solidária, para financiar a produção, armazenamento e comercialização da produção da agricultura familiar;

37



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



GOVERNO
DA PARAÍBA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIDADE E RECONSTRUÇÃO



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECOSOL DA PARAIBA

38



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



GOVERNO
DA PARAIBA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO





4ª condaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO





ANEXOS





4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO





ANEXO II - Modelo de lista de prestação

CONTRATO Nº 001/2019 - Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática e periféricos.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Assinatura
01	Manutenção preventiva de computadores (limpeza, atualização de drivers, etc.)	120	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00	[Assinatura]
02	Manutenção corretiva de computadores (troca de peças, reparos em hardware e software)	120	R\$ 150,00	R\$ 18.000,00	[Assinatura]
03	Manutenção preventiva de impressoras (limpeza, troca de toner, etc.)	120	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00	[Assinatura]
04	Manutenção corretiva de impressoras (troca de peças, reparos em hardware e software)	120	R\$ 150,00	R\$ 18.000,00	[Assinatura]

ANEXO II - Modelo de lista de prestação

CONTRATO Nº 001/2019 - Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática e periféricos.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Assinatura
05	Manutenção preventiva de servidores (limpeza, atualização de firmware, etc.)	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00	[Assinatura]
06	Manutenção corretiva de servidores (troca de peças, reparos em hardware e software)	120	R\$ 300,00	R\$ 36.000,00	[Assinatura]

ANEXO II - Modelo de lista de prestação

CONTRATO Nº 001/2019 - Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática e periféricos.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Assinatura
07	Manutenção preventiva de telefones (limpeza, troca de baterias, etc.)	120	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00	[Assinatura]
08	Manutenção corretiva de telefones (troca de peças, reparos em hardware e software)	120	R\$ 150,00	R\$ 18.000,00	[Assinatura]

ANEXO II - Modelo de lista de prestação

CONTRATO Nº 001/2019 - Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática e periféricos.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Assinatura
09	Manutenção preventiva de câmeras (limpeza, atualização de firmware, etc.)	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00	[Assinatura]
10	Manutenção corretiva de câmeras (troca de peças, reparos em hardware e software)	120	R\$ 300,00	R\$ 36.000,00	[Assinatura]



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

Formulário de Avaliação de Impacto Social - Ações de Desenvolvimento

Item 1 - Modelo de Início de Projeto

Item 2 - Modelo de Meio de Projeto

Item 3 - Modelo de Fim de Projeto

Item 4 - Modelo de Fim de Projeto

Item 5 - Modelo de Fim de Projeto

Item 6 - Modelo de Fim de Projeto

Item 7 - Modelo de Fim de Projeto

Item 8 - Modelo de Fim de Projeto

Item 9 - Modelo de Fim de Projeto

Item 10 - Modelo de Fim de Projeto

Item 11 - Modelo de Fim de Projeto

Item 12 - Modelo de Fim de Projeto

Item 13 - Modelo de Fim de Projeto

Item 14 - Modelo de Fim de Projeto

Item 15 - Modelo de Fim de Projeto

Item 16 - Modelo de Fim de Projeto

Item 17 - Modelo de Fim de Projeto

Item 18 - Modelo de Fim de Projeto

Item 19 - Modelo de Fim de Projeto

Item 20 - Modelo de Fim de Projeto

Item 21 - Modelo de Fim de Projeto

Item 22 - Modelo de Fim de Projeto

Item 23 - Modelo de Fim de Projeto

Item 24 - Modelo de Fim de Projeto

Item 25 - Modelo de Fim de Projeto

Item 26 - Modelo de Fim de Projeto

Item 27 - Modelo de Fim de Projeto

Item 28 - Modelo de Fim de Projeto

Item 29 - Modelo de Fim de Projeto

Item 30 - Modelo de Fim de Projeto

Item 31 - Modelo de Fim de Projeto

Item 32 - Modelo de Fim de Projeto

Item 33 - Modelo de Fim de Projeto

Item 34 - Modelo de Fim de Projeto

Item 35 - Modelo de Fim de Projeto

Item 36 - Modelo de Fim de Projeto

Item 37 - Modelo de Fim de Projeto

Item 38 - Modelo de Fim de Projeto

Item 39 - Modelo de Fim de Projeto

Item 40 - Modelo de Fim de Projeto

Item 41 - Modelo de Fim de Projeto

Item 42 - Modelo de Fim de Projeto

Item 43 - Modelo de Fim de Projeto

Item 44 - Modelo de Fim de Projeto

Item 45 - Modelo de Fim de Projeto

Item 46 - Modelo de Fim de Projeto

Item 47 - Modelo de Fim de Projeto

Item 48 - Modelo de Fim de Projeto

Item 49 - Modelo de Fim de Projeto

Item 50 - Modelo de Fim de Projeto

Item 51 - Modelo de Fim de Projeto

Item 52 - Modelo de Fim de Projeto

Item 53 - Modelo de Fim de Projeto

Item 54 - Modelo de Fim de Projeto

Item 55 - Modelo de Fim de Projeto

Item 56 - Modelo de Fim de Projeto

Item 57 - Modelo de Fim de Projeto

Item 58 - Modelo de Fim de Projeto

Item 59 - Modelo de Fim de Projeto

Item 60 - Modelo de Fim de Projeto

Item 61 - Modelo de Fim de Projeto

Item 62 - Modelo de Fim de Projeto

Item 63 - Modelo de Fim de Projeto

Item 64 - Modelo de Fim de Projeto

Item 65 - Modelo de Fim de Projeto

Item 66 - Modelo de Fim de Projeto

Item 67 - Modelo de Fim de Projeto

Item 68 - Modelo de Fim de Projeto

Item 69 - Modelo de Fim de Projeto

Item 70 - Modelo de Fim de Projeto

Item 71 - Modelo de Fim de Projeto

Item 72 - Modelo de Fim de Projeto

Item 73 - Modelo de Fim de Projeto

Item 74 - Modelo de Fim de Projeto

Item 75 - Modelo de Fim de Projeto

Item 76 - Modelo de Fim de Projeto

Item 77 - Modelo de Fim de Projeto

Item 78 - Modelo de Fim de Projeto

Item 79 - Modelo de Fim de Projeto

Item 80 - Modelo de Fim de Projeto

Item 81 - Modelo de Fim de Projeto

Item 82 - Modelo de Fim de Projeto

Item 83 - Modelo de Fim de Projeto

Item 84 - Modelo de Fim de Projeto

Item 85 - Modelo de Fim de Projeto

Item 86 - Modelo de Fim de Projeto

Item 87 - Modelo de Fim de Projeto

Item 88 - Modelo de Fim de Projeto

Item 89 - Modelo de Fim de Projeto

Item 90 - Modelo de Fim de Projeto

Item 91 - Modelo de Fim de Projeto

Item 92 - Modelo de Fim de Projeto

Item 93 - Modelo de Fim de Projeto

Item 94 - Modelo de Fim de Projeto

Item 95 - Modelo de Fim de Projeto

Item 96 - Modelo de Fim de Projeto

Item 97 - Modelo de Fim de Projeto

Item 98 - Modelo de Fim de Projeto

Item 99 - Modelo de Fim de Projeto

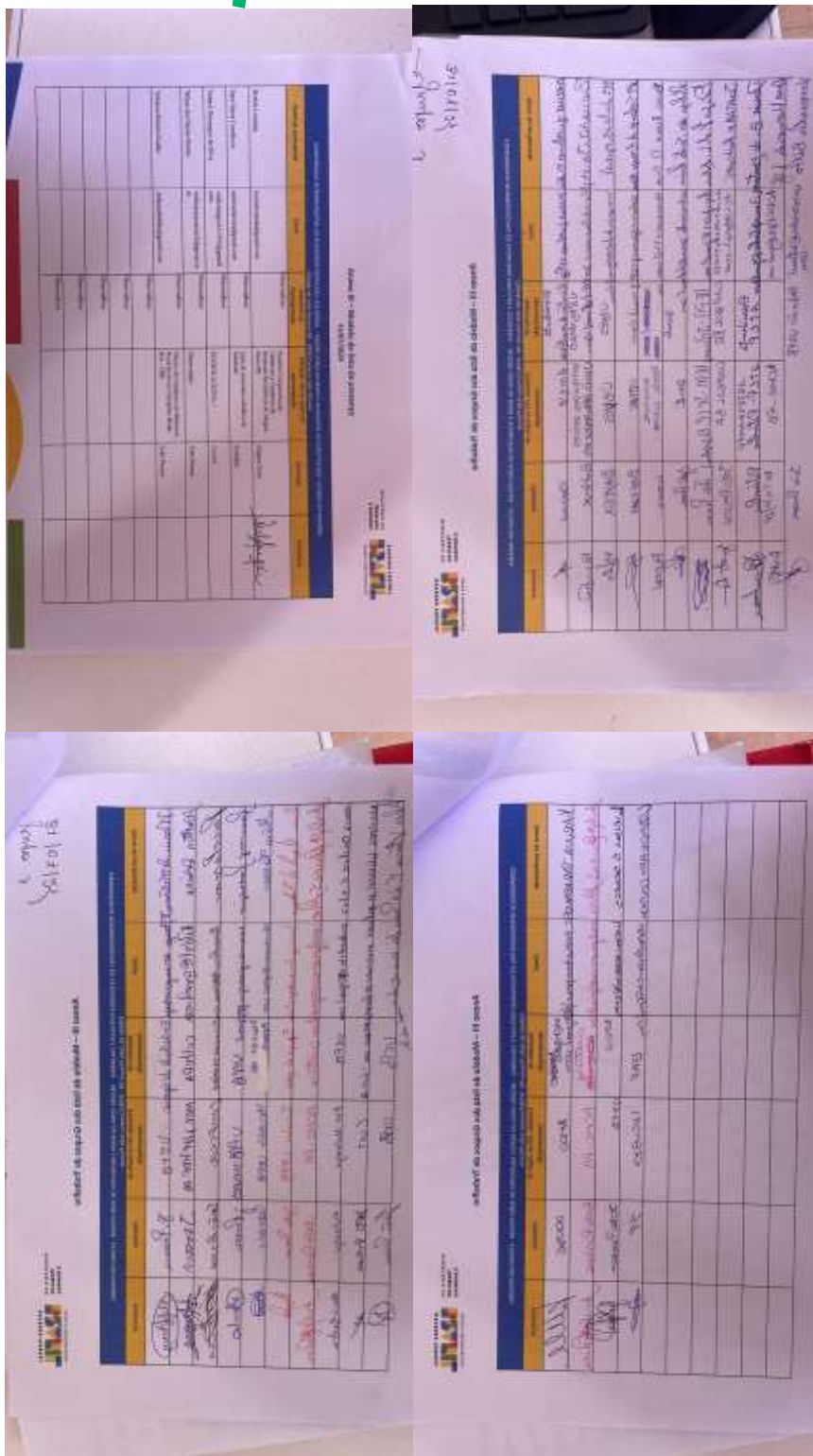
Item 100 - Modelo de Fim de Projeto





4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO





Comunidade 02
Produção, Comercialização e Consumo

1 - Agnina Maria Pato de Almeida	25 - Sônia Maria
2 - Maria de Cássia da Silva Pinheiro	26 - Kátia Patrícia de S.B.
3 - Maria Helaine Araújo	27 - D. Paulus
4 - Elton Elton Salgado de Silva	28 - Mª José Almeida
5 - Tereza Tereza de Paiva	29 - Mª dos Anjos dos
6 - Izabel Cristina Siqueira de Souza	30 - Juliana Andreia de
7 - Olívia de Fátima V. de Lencastre	31 - Agnecinda Maria
8 - Valéria Gomes Ribeiro	32 - Platina Oliveira
9 - Maria Regina Távora Costa	33 - Maria Helena dos
10 - Maria Tereza de Silva	34 - Márcia
11 - Lígia Andréia de Souza	
12 - Adriana Maria de S. S.	
13 - Jurema de Souza	
14 - Lígia de S. de F. F.	
15 - Maria de S. de F. F.	
16 - Maria de S. de F. F.	
17 - Sueli Tereza de S. de F. F.	
18 - Daniela Gabriela de S. de F. F.	
19 - Sônia Maria de S. de F. F.	
20 - Lygia Tereza de S. de F. F.	
21 - Maria Valéria de S. de F. F.	
22 - Valéria	
23 - Sônia Maria	
24 - Sônia Maria	
25 - Sônia Maria	

Anexo II - Membros do Núcleo de Trabalho

Nº	Nome	Endereço	Telefone	Profissão	Formação	Outros
1	Adriana Maria de S. de F. F.					
2	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
3	Agnina Maria Pato de Almeida					
4	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
5	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
6	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
7	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
8	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
9	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
10	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
11	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
12	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
13	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
14	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
15	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
16	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
17	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
18	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
19	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
20	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
21	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
22	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
23	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
24	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
25	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
26	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
27	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
28	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
29	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
30	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
31	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
32	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
33	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
34	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
35	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
36	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
37	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
38	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
39	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
40	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
41	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
42	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
43	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
44	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
45	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
46	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
47	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
48	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
49	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
50	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
51	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
52	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
53	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
54	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
55	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
56	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
57	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
58	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
59	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
60	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
61	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
62	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
63	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
64	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
65	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
66	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
67	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
68	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
69	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
70	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
71	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
72	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
73	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
74	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
75	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
76	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
77	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
78	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
79	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
80	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
81	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
82	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
83	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
84	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
85	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
86	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
87	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
88	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
89	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
90	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
91	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
92	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
93	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
94	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
95	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
96	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
97	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
98	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
99	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
100	Agnecinda Maria de S. de F. F.					

Anexo II - Membros do Núcleo de Trabalho

Nº	Nome	Endereço	Telefone	Profissão	Formação	Outros
1	Adriana Maria de S. de F. F.					
2	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
3	Agnina Maria Pato de Almeida					
4	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
5	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
6	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
7	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
8	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
9	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
10	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
11	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
12	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
13	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
14	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
15	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
16	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
17	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
18	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
19	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
20	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
21	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
22	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
23	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
24	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
25	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
26	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
27	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
28	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
29	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
30	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
31	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
32	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
33	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
34	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
35	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
36	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
37	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
38	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
39	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
40	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
41	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
42	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
43	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
44	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
45	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
46	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
47	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
48	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
49	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
50	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
51	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
52	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
53	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
54	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
55	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
56	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
57	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
58	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
59	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
60	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
61	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
62	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
63	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
64	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
65	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
66	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
67	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
68	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
69	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
70	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
71	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
72	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
73	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
74	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
75	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
76	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
77	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
78	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
79	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
80	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
81	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
82	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
83	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
84	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
85	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
86	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
87	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
88	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
89	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
90	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
91	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
92	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
93	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
94	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
95	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
96	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
97	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
98	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
99	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
100	Agnecinda Maria de S. de F. F.					

Anexo II - Membros do Núcleo de Trabalho

Nº	Nome	Endereço	Telefone	Profissão	Formação	Outros
1	Adriana Maria de S. de F. F.					
2	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
3	Agnina Maria Pato de Almeida					
4	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
5	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
6	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
7	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
8	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
9	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
10	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
11	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
12	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
13	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
14	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
15	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
16	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
17	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
18	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
19	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
20	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
21	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
22	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
23	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
24	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
25	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
26	Agnecinda Maria de S. de F. F.					
27	Agnecinda Maria de S. de F. F.					



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

Grupo 3

Anexo II - Modelo de lista dos Grupos de Trabalho

Nome do Grupo	Endereço	Telefone	Responsável	Assinatura
Associação de Mulheres Rurais	123	123456789	João Silva	[Assinatura]
Associação de Agricultores Rurais	456	987654321	Maria Costa	[Assinatura]
Associação de Pequenos Produtores Rurais	789	111222333	Carlos Mendes	[Assinatura]
Associação de Artesãos Rurais	101	444555666	Ana Souza	[Assinatura]
Associação de Pescadores Rurais	112	777888999	Pedro Almeida	[Assinatura]
Associação de Criadores Rurais	131	101010101	Lucas Pereira	[Assinatura]
Associação de Produtores Rurais	141	121212121	Isabela Gomes	[Assinatura]
Associação de Trabalhadores Rurais	151	131313131	Gabriel Lima	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	161	141414141	Renata Martins	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	171	151515151	Diego Santos	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	181	161616161	Carla Oliveira	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	191	171717171	Roberto Costa	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	201	181818181	Patrícia Lima	[Assinatura]

Anexo II - Modelo de lista dos Grupos de Trabalho

Nome do Grupo	Endereço	Telefone	Responsável	Assinatura
Associação de Produtores Rurais	123	123456789	João Silva	[Assinatura]
Associação de Agricultores Rurais	456	987654321	Maria Costa	[Assinatura]
Associação de Pequenos Produtores Rurais	789	111222333	Carlos Mendes	[Assinatura]
Associação de Artesãos Rurais	101	444555666	Ana Souza	[Assinatura]
Associação de Pescadores Rurais	112	777888999	Pedro Almeida	[Assinatura]
Associação de Criadores Rurais	131	101010101	Lucas Pereira	[Assinatura]
Associação de Produtores Rurais	141	121212121	Isabela Gomes	[Assinatura]
Associação de Trabalhadores Rurais	151	131313131	Gabriel Lima	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	161	141414141	Renata Martins	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	171	151515151	Diego Santos	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	181	161616161	Carla Oliveira	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	191	171717171	Roberto Costa	[Assinatura]
Associação de Empreendedores Rurais	201	181818181	Patrícia Lima	[Assinatura]



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



GOVERNO
DA PARAÍBA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO